

**Maria Ivete TREVISAN FOSSÁ**

Doutora em Administração (UFRGS); Mestre em Comunicação Social (UMESP). Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na graduação de Comunicação Social e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação e de Administração da UFSM. Tutora do PET Ciências Sociais Aplicadas da UFSM.

Correo:  
[fossa@terra.com.br](mailto:fossa@terra.com.br)

**Kalliandra QUEVEDO  
CONRAD**

Mestre em Comunicação Midiática e bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Comunicação pela mesma instituição. Bolsista CAPES.

Correo:  
[kalliandraconrad@gmail.com](mailto:kalliandraconrad@gmail.com)

## “Qual a razão de tanta fúria?”:

A representação das manifestações de junho na Revista *Veja*.

## “¿Cuál es la razón de tanta furia?”

La representación de las manifestaciones de junio en la Revista *Veja*.

## “What is the reason for such anger?”:

The representation of June's demonstrations in *Veja* magazine.

Recibido: julio 2014  
Aprobado: octubre 2014



### **Resumen**

*Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo el periodismo, a través de las representaciones, produce sentidos y significados sobre los acontecimientos. Se presenta el concepto de representación, basado en Hall (1997) y Peruzzolo (2006) para fundamentar la discusión en torno de las representaciones en el periodismo. Inspirado en los aspectos analíticos de Maingueneau (2008) se señalan los sentidos dados a las manifestaciones por la revista Veja en su primer informe especial del mes de junio. Se infiere que la representación de la revista Veja se sustenta en estrategias de descalificación de las manifestaciones, colocándolas en un plano dramático de criminalización, vandalismo y violencia, limitando las posibilidades interpretativas acerca de los sentidos silenciados de la democracia.*

**Palabras Clave:** *Periodismo, representaciones, estrategias de comunicación, manifestaciones de junio.*

### **Abstract**

*This work aims to reflect on how journalism, through the representations, produces senses and meanings about events. It presents the concept of representation, based on Hall (1997) and Peruzzolo (2006) to support the discussion of representations in journalism. Inspired by the analytical aspects of Maingueneau (2008), it is pointed the meanings given to the manifestations by Veja magazine in its first special report of June. It is inferred that the representation of Veja magazine relies on strategies for disqualification of events, putting them in a dramatic scheme of criminality, vandalism and violence by restricting the possible interpretations about the meanings of democracy silenced.*

**Keywords:** *Journalism, representations, communication strategies, demonstrations of june.*

### **Resumo**

*Este trabalho objetiva refletir sobre o modo como o jornalismo, por meio das representações, produz sentidos e significações sobre os acontecimentos. Apresenta-se o conceito de representação, com base em Hall (1997) e Peruzzolo (2006) para fundamentar a discussão em torno das representações no jornalismo. Inspirado nos aspectos analíticos de Maingueneau (2008) apontam-se os sentidos dados às manifestações pela revista Veja em sua primeira matéria especial do mês de junho. Infere-se que a representação da revista Veja se apoia em estratégias de desqualificação das manifestações, colocando-as em um plano dramático de criminalização, vandalismo e violência, limitando as possibilidades interpretativas acerca dos sentidos de democracia silenciados.*

**Palavras-chave:** *Jornalismo, representações, estratégias comunicacionais, manifestações de junho.*

## 1. Introdução

Em termos de disputa e negociação de espaços sociais, a mídia vem se consolidando, na sociedade contemporânea, como a principal catalisadora das formas de (re)conhecimento e compreensão do mundo que nos cerca. O modo como atribuímos sentidos e significados às coisas, objetos e pessoas passa, de alguma forma, pelo campo mediático, que os ressignifica, dando novas tonalidades aos acontecimentos<sup>1</sup>. É assim que o jornalismo, entendido como um modo de conhecimento, vai construindo as nossas representações e, em certa medida, moldando a nossa “leitura” de mundo.

A mídia e, em especial, o jornalismo, são modos representacionais que nos levam a um quadro interpretativo da realidade, no qual os valores que fundam essa construção social estão ancorados pelo cultural. Entende-se, dessa forma, que o jornalismo é da ordem do cultural, logo, uma prática social já que realizada por e para sujeitos situados em diferentes contextos, imbricados em relações sociais.

Nesse espaço social, a mídia, ao observar a realidade e reconstruí-la, atua como aquela que reordena o mundo a fim de que possamos compreendê-lo em sua complexidade. É nesse sentido que a compreensão do jornalismo que buscamos delinear vai além de uma perspectiva meramente informativa; pois o jornalismo constrói as relações dos sujeitos com o mundo social, novas sociabilidades e vínculos entre o visível e o invisível, entre o dito e o silenciado, entre o que é bom ou mau; enfim, estabelece, a partir de suas representações mediáticas, um plano de referência para o modo como iremos construir e atuar socialmente.

O jornalismo, na sua prática de representar o mundo, passa por um processo complexo de observação e seleção dos acontecimentos de acordo com categorias socioculturais previamente

1 Embora não tenhamos a pretensão de aprofundar este conceito, para fins deste trabalho, considera-se que “os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência. [...] o acontecimento é portador de uma diferença e de uma ruptura. Ele rompe o esperado, a normalidade; ele quebra uma sequência e, num primeiro momento, desorganiza o nosso presente. Ele penetra sem aviso prévio, e gera um impasse. O desdobramento se vê comprometido. O acontecimento gera uma interrogação” (França, 2012, p. 13).

estabelecidas, pela empresa jornalística e pela feitura da notícia. Esse processo implica admitir que o jornalista, sujeito atuante na construção social das notícias, possui sua própria bagagem cultural, suas subjetividades e seus repertórios adquiridos.

Ao atribuir sentidos e construir ou reafirmar determinados significados é que o jornalismo se utiliza de estratégias comunicacionais para imprimir na notícia as suas intencionalidades. Estas, por sua vez, envolvem um jogo de disputas presentes na organização burocrática da empresa jornalística, bem como nas relações com as fontes e com as receitas publicitárias. Ora, se o jornalismo está inserido em uma estrutura organizacional e se o processo de produção das notícias está ancorado em elementos socioculturais, sem negar a relativa autonomia jornalística, podemos dizer que ele se baseia em consensos que se assentam em mapas culturais de significados compartilhados em uma sociedade. Dos significados que circulam socialmente, os sujeitos podem interpretar os acontecimentos dentro de um quadro valorativo que pressupõe uma categorização.

Dito isso, pela complexidade que envolve as práticas jornalísticas, considera-se que, entre a dimensão mercadológica e a dimensão de captação do público, há um emaranhado de estratégias comunicacionais que se tensionam. Além disso, há um embate entre a credibilidade e a objetividade jornalística – valores fundamentais para a sua atuação – e as intersubjetividades, afetações e valores do próprio jornalista, sua ideologia profissional.

Diante dessas considerações, o objetivo deste trabalho é apontar como o jornalismo representa o mundo social por meio de estratégias comunicacionais que flutuam entre a objetividade e a subjetividade. Tendo em vista o seu valor supremo, a objetividade jornalística, que legitima a prática profissional, o jornalismo passa a se valer de estratégias com visada emocional para atrair seus públicos, já que inserido em um contexto econômico do “fazer vender”.

A representação das manifestações, conhecidas como “jornadas de junho”, na revista *Veja*, em sua primeira matéria sobre essa temática (Edição 2325, de 19 de junho de 2013), servirá de base para que possamos inferir que sentidos e significados são atribuídos a esse acontecimento.

Esperamos que, com o desvelamento dessas estratégias, possamos refletir sobre como o modo de representar jornalístico institui um modo de conhecimento sobre os acontecimentos que nos afetam, bem como suscitar novos entendimentos para as manifestações brasileiras.

## 2. O conceito de representação

Os acontecimentos cotidianos são re-apresentados e re-contados pelo jornalismo, transpondo o reflexo do real para um lugar de construção desse real. Esse processo se fundamenta pela linguagem e é por meio dela que os acontecimentos tornam-se acessíveis materialmente aos sujeitos.

Representar torna-se um ato de substituição simbólica quando se encontra entre o que é representado e o que pode representar a alguém. Objetos, pessoas, sentimentos, ideias vão adquirindo representações à medida que, em determinado contexto, elaboram-se quadros de sentidos que se colocam no lugar de algo. Para Hall (1997, p. 4) "Representaciones la producción de sentido de los conceptos en nuestras mentes mediante el lenguaje", assinalando a estreita relação entre linguagem e representação.

Hall explica que um sistema de representação implica em dois processos: um associado às representações mentais, a formação de um sentido particular; e outro que permite a comunicação dessas representações, a linguagem. É por meio do uso de códigos comuns de uma determinada língua, partilhados por um mesmo grupo, que as representações particulares tornam-se compartilhadas.

A linguagem compartilhada possibilita, assim, que os mapas mentais individuais tomem "forma" e materialidade, construindo sentidos e significações<sup>2</sup> sobre o mundo social. Isso é o que Hall (1997, p. 5, tradução livre) chama de signo, pois "representa os conceitos e as

relações conceituais entre eles que carregamos em nossas cabeças e, como um todo, constitui o que chamamos sistemas de sentido de nossa cultura".

O sentido está, portanto, relacionado a uma externalidade, ao passo que não se encontra nos objetos, coisas, pessoas, assim como não está inscrito nas palavras, mas sim, quem e além delas: o sentido se estabelece e se constitui entre os sujeitos comunicantes. Esse processo se realiza quando o sentido, construído por um sistema de representação, é igualmente construído e fixado por um código que estabelece uma relação com um conceito e uma linguagem culturalmente compartilhada. É assim que "os códigos fixam as relações entre conceitos e signos. Estabilizam o sentido dentro de diferentes linguagens e culturas" (Hall, 1997, p. 8, tradução livre).

Para ocorrer essa "estabilização" é preciso pertencer a um mesmo universo cultural, onde as convenções sociais fazem com que cheguemos a um acordo conceitual e linguístico sobre como as ideias traduzem-se na linguagem. Sem isso, poderia haver certo desencontro na relação de comunicar, já que os significados atribuídos entre as ideias e a sua materialização por meio da linguagem poderia ser feita de modo particular e individual. Em síntese, Hall (1997) nos diz que "o ponto principal é que o significado não é inerente às coisas do mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significativa - uma prática que produz sentido, o que faz com que as coisas signifiquem" (Hall, 1997, p. 9, tradução livre).

Para explicar como os sentidos da representação trabalham através da linguagem, Hall nos apresenta três enfoques teóricos: o reflexivo, o intencional e o construtivista. No enfoque reflexivo, o sentido funciona como um espelho do mundo real, uma realidade mimética; os objetos e as coisas é que estão investidas de sentido. De modo oposto, no enfoque intencional, é o enunciador quem delega o significado da representação, ele intenciona os sentidos que quer transmitir como os únicos sentidos possíveis. Ora, a essência da linguagem é a comunicação, argumenta Hall (1997, p. 10), sendo assim, dependemos da socialização dos códigos da língua. A linguagem pode ser uma construção individual, mas a língua não pode sê-lo, pois a língua também é uma construção cultural.

2 É importante diferenciar o que se entende por sentido e significação. Adotam-se os conceitos de Peruzzolo (no prelo), em que sentido diz respeito aquilo que se liga ao vir a ser, carregando nossas intencionalidades e constituindo o que somos. Os sentidos são tanto determinados pelo código genético quanto pela apropriação individual. Os significados são construções socioculturais, experienciadas em conjunto, sendo atrelados ao signo e negociados na comunidade comunicativa, em um conjunto cultural. Assim, os significados dependem dos sentidos e para tornarem-se visíveis, valem-se da linguagem.

Por último, o enfoque construtivista, acolhido por Hall, reconhece que os significados não estão nas coisas, mas sim que nós construímos seus significados e seus sentidos através de uma língua comum, em um sistema social de códigos compartilhados. O enfoque construtivista entende que há, por um lado, um mundo material e, de outro, um mundo simbólico que apreende as nossas representações sociais. Nessa perspectiva, os signos não solidificam sentidos na medida em que eles dependem da relação entre um signo e um conceito fixado por um código. Hall (1997, p.10) afirma, portanto, que o sentido é relacional.

As categorias de percepção e de representação também nos dão suporte para compreender as relações entre jornalismo, representação e produção de sentido. Peruzzolo (2006, p. 32) apresenta-nos a percepção como o primeiro processo pelo qual nossos órgãos sensoriais captam, elaboram e registram os estímulos. É um processo biofisiológico interdependente das nossas possibilidades físicas e das condições biológicas da nossa espécie. A percepção é, dessa forma, da ordem do que há de natural em nós, uma “pulsão da natureza” realizada por meio da “apreensão sensorial” (Peruzzolo, 2006, p. 33).

Diferentemente da percepção, mas complementar a ela, a representação é um processo avaliativo que realizamos quando percebemos algo. No nível do animal, a representação se constitui pelo código genético, condicionada pela sobrevivência da espécie, explica Peruzzolo (2006, p. 35). Já no nível humano, a representação é da ordem do simbólico, uma vez que desenvolvemos, ao longo do tempo, competências técnicas e projetivas. Isso quer dizer que o humano é capaz de pensar e projetar o futuro por suas habilidades perceptivas e sua valoração representativa do mundo, investindo-lhe de cultura. Por isso, “a percepção e a representação são modos de experimentar o mundo” (Ibid., p. 34). e agir sobre ele.

Portanto, se na capacidade perceptiva nos relacionamos com mundo pela apreensão sensorial e pelo código genético que possuímos, na representação a qualificamos, investindo de valor o que nos é percebido. É pelo processo perceptivo que atribuímos significado e sentido para as representações. Logo, a categoria representação pode ser compreendida como um processo “infracultural” (Peruzzolo, 2006), que tem na base a cultura e a comunicação.

O sujeito tem que representar o objeto e o outro, portanto a relação de comunicação vai ser regida por essa representação e pela representação do termo ao qual se liga, ao qual se dirige. A relação, pois, define-se na representação, (Peruzzolo, 2006, p. 40).

Entende-se que a relação de comunicação e a representação possuem afinidades conceituais na medida em que as práticas representacionais se realizam por processos comunicacionais. Os códigos contêm um conjunto de elementos que obedecem a determinadas regras de composição e significação que, ao serem compartilhados, configuram o que denominamos linguagem. A representação vem acoplada aos processos comunicacionais que, entre os sujeitos, se realizam, como sustentado por Hall(1997), pela materialização de pensamentos que se organizam e se atualizam na linguagem. A linguagem é o lugar da significação na qual uma representação mental se liga a valores e, portanto, a uma dimensão cultural. Há, então, em toda representação um quadro interpretativo do mundo, permeado de valores que adquirem sentido pela relação de comunicação.

Assim sendo, a representação das manifestações ocorridas em junho de 2013 que nos propomos a analisar, parte do pressuposto de que há, conforme Hall (1997, p. 17, tradução livre),

um constante *deslizamento de sentido* em toda a interpretação, uma margem - algo além do que queremos dizer - mediante a qual outros sentidos fazem sombra à afirmação ou ao texto, e outras associações são despertadas, dando giros inesperados ao que queríamos dizer (grifos do autor).

É a partir desses deslizamentos de sentido que nos propomos a refletir sobre as representações jornalísticas, deixando fluir suas estratégias comunicacionais na construção do mundo social pelos acontecimentos. Interessa-nos, portanto, apontar que estratégias estão imbricadas nas práticas significantes da representação diante da “tensão na finalidade comunicativa entre ‘credibilidade’ e ‘captação” (Charaudeau, 2007, p. 15). Essa tensão traz consigo elementos estratégicos que, por um lado, intencionam legitimar a prática jornalística como aquela que diz a verdade, borrando as fronteiras entre o jornalista que narra e o acontecimento. Por outro, há elementos que intencionam uma visada emocional para atender à finalidade de captação

dos públicos, reorganizando sentidos para provocar efeitos patêmicos, conformando um elo de subjetividade.

Passe-se agora para a observação da primeira matéria da revista *Veja* sobre as manifestações de junho de 2013. A fim de identificar os modos representacionais na construção da notícia, busca-se compreender como o fazer jornalístico reorganiza, constrói e atualiza os sentidos e os significados das manifestações brasileiras.

### 3. A representação das manifestações de junho na revista *Veja*<sup>3</sup>

Em sua edição especial, de 19 de junho de 2013, a revista *Veja*<sup>4</sup> publica sua primeira matéria sobre as manifestações ocorridas no Brasil neste período. As jornadas de junho, como foram denominadas pela grande mídia, reverberaram por todo o País e internacionalmente, pelo intenso número de brasileiros que saíram às ruas e pelas proporções que as manifestações atingiram, articuladas e fomentadas pelas redes sociais digitais.

Em uma reportagem de nove páginas, *Veja* procura explicar as “revoltas”, atribuindo aos jovens a autoria das manifestações. Organizadas nas redes sociais digitais e na esteira das demais mobilizações que ocorriam pelo mundo (como a Revolução das Panelas, na Islândia; a Revolução Egípcia; os Indignados na Espanha ou o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos) (Castells, 2013), as manifestações brasileiras eclodiram de maneira espantosa por sua força organizativa e pelo grande número de pessoas que saíram às ruas. O interesse da população, engajada ou espectadora desses

3 Nesta seção, os aspectos analíticos de Maingueneau (2008) nos servem de inspiração para observar e apontar os sentidos construídos sobre as manifestações brasileiras na revista *Veja*. Entre os aspectos analíticos observados estão os dêiticos espaço-temporais, os dados quantitativos, as citações, o uso das aspas, datações, figuras de linguagem, uso de substantivos e verbos.

4 Intencionando transmitir ao seu público leitor uma imagem de credibilidade, relevância, exclusividade, seriedade, independência, conhecimento e atualização, *Veja* autodenomina-se “a maior e mais importante revista do Brasil”. A revista, da editora Abril, possui uma tiragem e circulação superiores a um milhão, com um número de assinaturas superior a 900.000, além das revistas avulsas, que totalizam mais de 130.000 exemplares comercializados. Do ponto de vista quantitativo, se configura como um importante veículo de informação sobre o Brasil e o mundo, há 45 anos atuante no mercado editorial.

acontecimentos era comum: como, no contexto atual do Brasil, se constituiu uma mobilização tão intensa? Por que razões as pessoas iam às ruas protestar?

De modo a levar essas respostas aos seus leitores, a revista *Veja* buscou, nesta primeira matéria sobre as “jornadas de junho”, por meio de estratégias de objetivação e subjetivação construir um quadro elucidativo sobre os protagonistas das manifestações e seus propósitos. “A razão de tanta fúria”, título da reportagem de capa, convoca o leitor a encontrar nas páginas seguintes as respostas que espera. Em uma mistura de elementos cognitivos e emotivos, a revista mostrou-se como aquela que é apta para demonstrar, com objetividade e imparcialidade, as “razões” para as manifestações, já colocando-as em um plano dramático, com o modalizador “tanta” seguido de uma emoção de caráter destrutivo, a “fúria”. Desse modo, ao longo da reportagem põem-se em jogo dois elementos: de um lado, a revista *Veja*, o veículo autorizado, sério e comprometido com a verdade; e de outro, as manifestações, carregadas de subjetividades e dramatizações.

Para Charaudeau (2007), razão e emoção estão relacionadas, pois toda emoção pressupõe uma ancoragem em saberes de crença, permeados de valores dependentes da subjetividade dos sujeitos. Dessa forma, um saber de crença faz frente a um saber de conhecimento que “se baseia em critérios de verdade externos ao sujeito” (2007, p. 5). Uma vez inscritas em valores, as emoções se apoiam nas crenças compartilhadas por um grupo e estão, portanto, condicionadas a determinados julgamentos sobre o que é (ou não é) socialmente aceito naquele universo de valores. Por isso, Charaudeau afirma que “qualquer modificação de uma crença leva a uma modificação de emoção” e “qualquer modificação de emoção leva a um deslocamento da crença” (2007).

Esses valores transparecem nas estratégias de convocação da memória coletiva do leitor, quando a revista menciona que: “Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?” Ao fazer uma comparação com os jovens do passado e os jovens do presente, incorporam-se uma hierarquia de valores em que a paz, a democracia e a liberdade se colocam acima da redução das tarifas de transporte público. A luta pela redução da tarifa adquire sentidos de

uma causa banal, fortuita e pouco relevante no contexto daqueles jovens.

As manifestações são tratadas com distanciamento, na perspectiva de um “outro” não familiar: “eles”, os manifestantes, e inseridas em quadros interpretativos de questionamento. Esses questionamentos marcam uma estratégia de reflexividade, situada discursivamente em posições estratégicas. Após argumentar e opinar (mais que informar) sobre as manifestações ocorridas em junho, a revista, assim como questiona no título da matéria “Qual a razão de tanta fúria?”, o faz na parte final, dizendo “Por que direitos eles lutam e vociferem, então?”.

Dessa forma, infere-se, como aponta Mendonça e Daemon (2014, p. 42), que as manifestações desestabilizaram os sentidos construídos até então pelas administrações bem sucedidas de Lula e Dilma e o orgulho brasileiro por sediar uma Copa do Mundo. Uma ruptura nesse percurso se apresenta como uma “ameaça simbólica” que a imprensa busca combater com a criminalização das manifestações. A multiplicidade dos sentidos de violência suscitados nas manifestações é reduzida ao vandalismo, como uma estratégia de desqualificação da intervenção política realizada pelos movimentos sociais. Para Mendonça e Daemon (2014, p. 43):

Ao não considerar a complexidade do tema, muitos relatos jornalísticos acabam caindo na armadilha de transformar o fenômeno da violência em um *sujeito*, capaz de praticar ações, ou como uma *aberração*, que faria ruir a normalidade *pacífica* do ordenamento da vida social (grifos dos autores).

Seguindo essa linha argumentativa, a revista utiliza verbos e adjetivos que nos familiarizam com um cenário bélico, no qual juventude/política, manifestantes/polícia se enfrentam e entram em conflito. O apelo dramático vem acompanhado de metáforas e comparações que jogam para o leitor as possibilidades interpretativas de seu contexto. “Incêndio”, “fagulha”, “oxigênio”, “faísca”, “combustível” e “labaredas” são termos que, conjugados em um mesmo enunciado, visam produzir efeitos emocionais no leitor, antecipando os sentidos pretendidos para representar as manifestações.

Para fabricar um incêndio, bastam uma fagulha e um pouco de oxigênio. No caso

da série de manifestações iniciadas em São Paulo e no Rio, a faísca foi o aumento da passagem de ônibus. Já o combustível era composto de bem mais do que um elemento. Na semana passada, essa combinação produziu labaredas de alturas inéditas (Veja, 2.325, 2013, p. 86).

Esse trecho exemplifica o modo como a revista tonaliza as manifestações com efeitos dramáticos, ao mesmo tempo em que utiliza elementos de ancoragem do real. Ao mencionar as cidades de “São Paulo” e “Rio” e os dêiticos “já” e “semana passada”, situando espaço e temporalmente o acontecimento, o jornalismo atribui veracidade aos fatos, ainda que os incremente com elementos emocionais. Vale destacar a comparação realizada entre um incêndio e as manifestações, demonstrando a polarização valorativa estabelecida entre eles.

A criminalização das manifestações, os aspectos que convocam sensações de medo, ameaça e desestabilização da ordem (como um “incêndio”) entende-se como uma estratégia de representação das manifestações como objeto de “pânico moral” (Freire Filho, 2004; Machado, 2004). Termos como “fúria”, “doença”, “relação conflituosa” e “repressão” endossam a perspectiva adotada pela revista de representar as manifestações dentro dos limites do emocional.

As manifestações também são categorizadas no plano do medo ao fazer referência a dados factuais e fontes institucionais, como a Polícia Militar e as informações dos serviços de inteligência da polícia de São Paulo. Os números, nesse contexto, sustentam a estratégia argumentativa de referencialidade, como em “mais de 100 pessoas ficaram feridas” e “não chegaram a reunir 2000 pessoas [os primeiros protestos]”. Nesse sentido, *Veja* utiliza recursos de linguagem que pretendem naturalizar as manifestações pelo viés do senso comum, dando-lhes um conjunto de significados que convergem para o pânico moral.

‘Esse movimento cresceu como hospedeiro de interesses políticos e se tornou um vetor de violência’, disse um agente de inteligência da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. Nesta semana, estão marcados novos protestos em pelo menos nove cidades (Veja, 2.325, 2013, p. 90).

As relações de poder que aí entram em disputa demarcam a dimensão de pânico que a revista

investe nas manifestações. Pela ruptura da ordem, do direito de ir e vir, das depredações, instala-se o caos nas cidades. A tentativa de retorno à normalidade se resume à contenção dos protestos como a única alternativa de restaurar um valor axiomático das sociedades contemporâneas: a segurança social. “O pânico moral é, assim, não só uma forma de significação da crise –um modo de lhe dar um rosto e de apontar os responsáveis– como também uma forma de recuperação da paz social ameaçada” (Machado, 2004, p. 66).

Em vista disso, os operadores de objetividade se opõem aos de subjetividade quando descrevem situações de dualidade, como o próprio título da matéria “A razão de tanta fúria”. Razão e emoção são postas lado a lado para suscitar no leitor, pelas posições binárias apresentadas, um posicionamento latente que se estende pelo discurso: de um lado a razão (a revista *Veja*) e, de outro, a emoção (as manifestações).

De acordo com Charaudeau (2007, p.11), os efeitos pretendidos com visada emocional dependem tanto das inferências produzidas pelos interlocutores quanto do conhecimento que eles possuem da situação de enunciação. Isso significa que palavras que indicam explicitamente uma emoção, como “fúria” são contingentes de suscitar esse efeito no seu leitor, assim como a palavra “manifestação” ou “protesto” que não remete diretamente a uma emoção, pode vir a provocá-la. O que intervém na construção de sentidos intencionais com visada emocional é o contexto linguístico e sociocultural da produção dos enunciados.

Na representação das manifestações por *Veja*, a emoção é tomada com descrédito, servindo como estratégia de deslegitimação. As palavras patemissantes e as não-emotivas carregam na narrativa as mesmas intenções de dramatizar os manifestantes, suas causas e desdobramentos dos protestos. À palavra “manifestações” são atribuídas (des)qualificações que correspondem a um conjunto de estratégias que entendemos como “pânico moral”, uma vez que colocam sob ameaça valores e interesse sociais que reproduzem o senso comum. Os manifestantes são jovens burgueses que integram uma “minoría” de “ativistas”, “socialistas revolucionários”, “militantes radicais de partidos de centro-esquerda”, “punks”, “desocupados”. O contexto em que estão inseridos não justifica, segundo a revista, as razões de sua revolta.

Por fim, da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos [Movimento Occupy Wall Street], a causa original dos protestos foi se metamorfoseando e se multiplicando ao longo das manifestações, graças em grande parte ao caldo de cultura em que estão inseridos, formado por uma democracia e uma economia em boa forma. Viver sob uma democracia significa que as balas dos fuzis da polícia serão de borracha. A economia beirando o pleno emprego faz dos manifestantes jovens caçados nas universidades por empresas em busca de mão de obra qualificada (*Veja*, 2.325, 2013, p. 90).

Parece-nos que a comparação realizada entre as manifestações brasileiras e as ocorridas em outros países reafirma a estratégia de desqualificação do primeiro, ao passo que se simplificou o contexto peculiar de nosso País. Homogeneizar as manifestações, como algo que “reuniu sobretudo pessoas em situação financeira estável e que não enfrentam nenhum problema urgente” (*Veja*, 2.325, 2013, p. 90), estabelece uma distinção entre manifestantes “de verdade” e jovens revoltados, apenas.

Constrói-se, assim, uma equação discursiva que permitiria autorizar o Estado a recorrer ao uso da força (ou da supressão do direito garantido constitucionalmente ao cidadão de se manifestar nos espaços públicos) para combater tal ‘perturbação da ordem’ (Mendonça & Daemon, 2011, p. 44).

Em um processo de polarização entre os “bons” versus “maus”, “manifestantes” versus “polícia”, recorre-se ao imaginário social para reconstruir as manifestações de junho como uma transgressão de valores, um gesto violento contra a ordem social, mobilizando a “cultura do controlo social” (Machado, 2004, p. 62).

A representação das manifestações como um ato de revolta e de perturbação da ordem social autoriza a polícia a fazer uso da violência para combater os protestos. Pelo conjunto de estratégias objetivas e subjetivas empregadas, as manifestações se inscrevem em um campo semântico capaz de legitimar a violência do Estado contra o ato político de manifestar. Para Mendonça e Daemon (2001, p. 43):

A adoção de tal perspectiva tem desdobramentos políticos importantes. O primeiro deles é de que, ao não considerar



a violência como modo complexo de relação social –cujos sentidos são histórica e culturalmente produzidos, determináveis, portanto, pelo jogo de pontos de vista constantemente em conflito–, um certo tipo de relato jornalístico acaba por silenciar os usos políticos, morais e culturais que serão acionados por suas próprias falas.

Os silenciamentos emergem quando nos permitimos revelar os matizes das manifestações em suas diferentes fases de ocorrência. Singer (2013) as divide em três: o estopim, com o MPL; a adesão da classe média às manifestações; e um cruzamento ideológico entre esquerda e direita. Assim como explica a revista *Veja*, as manifestações iniciaram com a mobilização do MPL com a pauta da redução das tarifas de transporte público. O que *Veja* silenciou é que essa reivindicação, mais que o direito a pagar um preço justo pelo transporte, diz respeito ao direito à cidade, como propõe Fônsaca (2013). É a luta pela qualidade de vida e “do próprio direito a existir e transitar (ir e vir) nas médias e grandes metrópoles brasileiras” (2013, p. 6). O direito à cidade é também, nesse sentido, um direito que possibilita o acesso a outros direitos, uma vez que, sem a mobilidade urbana, ficam interditados os direitos que circulam em outros espaços sociais, relativos à cultura, esporte, lazer, saúde, educação.

Pelo tratamento dado às manifestações na revista *Veja*, percebe-se “uma tentativa de reduzir a polissemia do que se produzia nas ruas” (Mendonça & Daemon, 2011, p. 47). Infere-se, a partir disso, que as principais marcas da representação das manifestações se cristalizaram no senso comum, abrindo possibilidades interpretativas de criminalização dos manifestantes e de legitimação da violência policial. O enquadramento das vozes reforça o posicionamento da revista, já que a voz do MPL foi utilizada para ratificar os relatos de pessoas não usuárias de transporte público e de classe média.

Assim, a representação das manifestações nos dá pistas das práticas significantes construídas pela revista *Veja*, revelando-se como um “texto cego” (Resende, 2009) para o jornalismo. A representação das manifestações, diferentemente de um “texto ruidoso”, configurou-se como impositiva e monocromática, uma vez que não abriu brechas para o diálogo, para a pluralidade de vozes presentes nas ruas e para os sentidos de democracia que as manifestações faziam emergir.

## 4. Apontamentos finais

Considerar as representações como práticas sociais implica reconhecer que as representações midiáticas são reveladoras dos valores culturais que regem as práticas significantes. O jornalismo nutre o nosso conhecimento de mundo ao acionar sistemas representativos pré-existentes em nossos mapas culturais. No entanto, à visibilidade proporcionada pelos assuntos que a mídia põe em cena, há acontecimentos na esfera do não-dito que são silenciados e postos à margem do nosso conhecimento.

Infere-se que a representação das manifestações pela revista *Veja* silencia a complexidade e as características heterogêneas dos grupos sociais que compuseram as manifestações brasileiras. A questão conflituosa é que *Veja* mostra a sua versão das manifestações como um acontecimento infundado, ilegítimo e desorganizado, com forte tendência esquerdista, camuflando as diferentes tonalidades desse acontecimento.


As manifestações estavam associadas ao medo, ao perigo, ao vandalismo, à violência, convertendo-as em um problema de segurança pública. Representados pelas estratégias de patemização, esses efeitos de sentido foram sustentados por estratégias de objetividade, em uma posição de autoridade, situando o jornalismo como o “dono da verdade”. Para isso, *Veja* se utilizou de elementos de ancoragem do real, como depoimentos dos manifestantes, informações do serviço de inteligência da polícia e dados quantitativos como fontes. Os porta-vozes do Movimento Passe Livre também tiveram seu espaço; porém, o fato de a revista dar-lhes voz não significa que objetivou construir um diálogo, pois o relato desses porta-vozes reafirma o enquadramento de desqualificação das manifestações.

A polarização entre manifestantes e vândalos ou a homogeneização dos manifestantes em jovens de classe média enxuga as possibilidades de uma interpretação plural e, de qualquer modo, há um encolhimento dos sentidos políticos que aí residem. A polarização não apenas divide os manifestantes entre “bons” e “maus”, ela aciona valores fundamentados histórica e culturalmente no imaginário social que nos levam a um sistema representativo das manifestações. A conjugação das manifestações à violência, colocando os manifestantes na posição de ameaça aos cidadãos

ditos não manifestantes é uma forma de legitimar as ações repressivas da polícia.

Assim sendo, o modo como foram representadas as manifestações engloba sentidos e significações que direcionam a leitura do acontecimento para os silenciamentos da participação e da mobilização social como elementos fundamentais para a democracia. Observa-se que os sentidos alicerçados para o contexto democrático das manifestações é a de democracia como ordem social, repressão das ameaças e punição aos manifestantes. Viver em uma democracia torna-se aparar os desajustes sociais, calar as diferenças políticas e econômicas em nome do *status quo*. Em posição oposta, as manifestações representam a orientação *anti-establishment* que deve ser emudecida. Por isso,

pode-se falar na personificação da violência como uma estratégia argumentativa para deslegitimar as manifestações, na qual a violência torna-se vicária das manifestações.

Reportarmo-nos às representações no jornalismo foi, portanto, uma forma de capturar as nuances de sentido que permeiam as manifestações brasileiras, buscando evidenciar que, além do alcance informativo, ele arregimenta e atualiza valores culturais. Pelo viés da revista *Veja*, pode-se destacar que as representações das manifestações reacomodam os sentidos de criminalização e de violência, rompendo com as possibilidades de reinventar o significado de manifestar nas sociedades democráticas. 

## Bibliografía

- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Charaudeau, P. (2007). A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. En E. Mendes & I. L. Machado (Eds.), *As emoções no discurso*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras. Recuperado de <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemi-zacao-na-televisao-como.html>
- Fonsêca, D. (2013). Não dá para não ver. As mídias nas manifestações de junho 2013. Recuperado en Mayo 28, 2014, de <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>
- França, V. (2012). O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, 24, 10 – 21.
- Freire Filho, J. (2004). Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. *ECO-PÓS*, 7(2), 45 – 71.
- Hall, S. (1997). *Representation: cultural representation and signifying practices*. London: SAGE.
- Machado, C. (2004). Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações*, 7, 60 – 80.
- Maingueneau, D. (2008). *Análise de textos de comunicação* (5ta ed.). São Paulo: Cortez.
- Mendonça, K., & Daemon, F. (2011). Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. *Revista Da ESPM*, 11(30), 37 – 55.
- Peruzzolo, A. C. (2006). *A comunicação como encontro*. São Paulo: EDUSC.
- Resende, F. (2009). O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Galáxia*, 18, 31 – 43.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, 97, 23 – 40.
- A revolta dos jovens (2013, 19 de Junho) *Veja*. Nº 2.326, São Paulo, Brasil.